

■ DIA INTERNACIONAL DO TRABALHADOR

PAULO MULAZA | EDIÇÕES NOVEMBRO



Mais de 14 mil pessoas, entre as quais sindicalistas, participaram ontem numa marcha que percorreu várias artérias da cidade de Luanda e visou assinalar o Dia Internacional do Trabalhador

Movimento sindical exige revisão da nova Lei Geral do Trabalho

Sindicatos consideram que a actual Lei, aprovada em Junho de 2015 e em vigor desde Setembro do mesmo ano, ignora o trabalho como um direito fundamental que deve ser respeitado em toda a sua dimensão

Edivaldo Cristóvão

A revisão da nova Lei Geral do Trabalho e o fim da precariedade foram as principais reivindicações do movimento sindical angolano, durante a marcha que juntou ontem, em Luanda, mais de 14 mil pessoas, por ocasião do Dia Internacional do Trabalhador.

Numa declaração lida no final da marcha, os sindicalistas consideram que a Lei Geral do Trabalho (LGT), aprovada em Junho de 2015 e em vigor desde Setembro do mesmo ano, ignora o trabalho como um direito fundamental que deve ser respeitado em toda a sua dimensão. Na actual LGT, dizem, o Governo neutralizou

a acção dos sindicatos, deixando estes quase sem poder de reacção em defesa dos trabalhadores. “Os efeitos da implementação desta lei são visíveis, tais como o aumento da precariedade laboral e, conseqüentemente, o empobrecimento acentuado das famílias”, refere a declaração, lida pela secretária para os Assuntos Sociais da UNTA-CS, Filomena Soares.

Nesta conjuntura, os sindicatos exigem um diálogo social produtivo com o Governo e os empregadores, para que reine a paz social nas relações laborais, nas empresas, na economia e no país.

Ao mesmo tempo, os sindicatos prometem desencadear

acções reivindicativas concertadas para se alcançar uma revisão da actual Lei Geral do Trabalho, para a tornar mais humana e ser um instrumento de promoção do emprego e do trabalho digno.

Outras preocupações observadas pelo movimento sindical consistem na contínua elevada taxa de desemprego, principalmente entre os jovens e chefes de família, na baixa taxa de cobertura do salário mínimo nacional, em relação à cesta básica.

Das preocupações dos sindicalistas, constam ainda a precariedade das condições de saúde e segurança no trabalho e, conseqüentemente, o aumento de doenças profissionais e

acidentes de trabalho. Os sindicalistas lamentam o débil exercício do diálogo e da concertação nas relações laborais, as dificuldades de acesso à escola pública por uma parte significativa de cidadãos para o sistema básico de ensino.

A marcha teve como ponto de partida a avenida Alameda Manuel Van-Dúnem e terminou na Praça da Família, nas imediações da Praça da Independência.

O secretário-geral da União Nacional dos Trabalhadores Angolanos – Confederação Sindical (UNTA-CS), Manuel Viage, reforçou, ao *Jornal de Angola*, que a principal reivindicação dos sindicalistas é a revisão da nova Lei Geral do Trabalho, porque tem sido

a principal causa da instabilidade no emprego e da paz social nas empresas, associada ao salário incompatível com o custo de vida. Para complicar ainda mais, acrescentou, os mesmos salários são pagos com atrasos.

Outras das grandes preocupações dos trabalhadores nos últimos anos, disse, têm sido o combate ao assédio moral e a situação dos trabalhadores que permanecem na mesma categoria durante anos sem possibilidade de serem promovidos, mesmo que o seu perfil profissional cresça.

“Desejamos que o Governo reaja e promova um diálogo que produza resultados positivos”, afirmou o secretário-geral da UNTA, reconhecendo

que algumas reivindicações feitas no ano passado estão a ser resolvidas. Citou o caso da situação da estabilidade do emprego no sector público, tal como aconteceu com os professores, enfermeiros e técnicos da Justiça.

Manuel Viage salientou que o aumento salarial efectuado este ano foi bem-vindo, mas ainda não satisfaz as necessidades dos funcionários, porque cresceu abaixo da taxa de inflação acumulada. O ideal, disse, seria que, pelo menos, os salários mínimos servissem para adquirir a cesta básica. “Só que a taxa de cobertura é calculada apenas na ordem dos 30 por cento, que é considerada muito baixa”, lamentou o sindicalista.

MARCHA PACÍFICA

Manifestação no 1º de Maio

Edna Dala

O uso de camisolas negras na marcha alusiva ao Dia Internacional do Trabalhador foi a forma que funcionários públicos e privados encontraram, ontem, para protestar pelas condições de trabalho e salariais a que são submetidos.

A marcha, que arrancou no Largo Cónego Manuel das Neves, defronte ao antigo Hotel Alameda, registou logo nas primeiras horas uma grande moldura humana que vinha de todos os pontos de Luanda, para participar daquela que foi considerada a maior marcha dos trabalhadores dos últimos anos.

A amplificação sonora montada para o efeito, o som dos tambores e os panfletos que iam sendo largados no passeio atraíram a atenção de quem caminhava a pé e dos automobilistas que circulavam por aquela parte da cidade. A necessidade de melhoria salarial e das condições de trabalho eram as palavras de ordem.

Alguns andam tão frustrados, que chegaram a encontrar culpados em quem nada tem a ver com a sua sorte. Os repórteres escalados para a cobertura do evento também eram visados. “Não queremos aqui jornalistas.” Os profissionais da comunicação social, ainda assim, continuaram com o seu trabalho de reportagem.

Mas há quem, como a senhora Etelvina de Freitas, que aceitou falar, normalmente, com o *Jornal de Angola*. Trabalhadora há 37 anos, diz já não suportar mais as condições indignas a que ela e os colegas são submetidos diariamente.

Prestes a ir à reforma, Dona Etelvina disse que trabalha há anos sem um equipamento condigno de trabalho. “Hoje, março não apenas por mim, mas também pelos meus filhos, netos e por outras gerações, para que não passem pelos mesmos transtornos e miséria que nós”, desabafou.

Dona Etelvina sublinhou que a empresa não oferece sequer regalias de saúde para os seus quadros, o que considerou como o pico da falta de sensibilidade das entidades superiores das empresas e não só. Isso para não falar do baixo salário.

Falando em filhos e netos, destacar o facto de na marcha também ter sido visível a presença marcante de crianças que decidiram acompanhar os pais. Um mais-velho, que preferiu não se identificar, disse ter levado o filho para o ensinar, desde cedo, a reivindicar pelos seus direitos sem receios.

A marcha culminou na Praça da Família, onde foi lida a mensagem da UNTA - Confederação Sindical. Entre-

tanto, ao *Jornal de Angola* falou Adriano Manuel, representante do Sindicato dos Médicos de Angola que sublinhou o facto de o sector da Saúde ter marchado, pela primeira vez, em solidariedade com todos os sindicatos e em particular pelas crianças e adultos que morrem diariamente nos hospitais, sem as mínimas condições e sem medicamentos.

Adriano Manuel justificou, por isso, o uso das camisolas pretas. “Significa a morte de muitos pacientes nos hospitais, a falta de condições e, acima de tudo, o facto de o Ministério da Saúde insistir em não continuar a dialogar com o Sindicato dos Médicos”, disse.

Pedro Rosa, também médico, considerou o acto como uma jornada de reflexão e deu para sentir que rumo é que os funcionários públicos estão a tomar.

“Estamos aqui para exigir mais dignidade, respeito e melhores condições de trabalho, pois a classe médica enfrenta muitas dificuldades, que passam pela falta de condições para trabalhar e atendermos correctamente os pacientes”, disse o médico, que manifestou a tristeza da classe para com o patronato. Pedro Rosa exortou todos os trabalhadores angolanos a não deixarem de exigir os seus direitos, pois é algo que lhes assiste.



Manuel Viage da UNTA-CS



Etelvina de Freitas



Sindicalista Adriano Manuel



Marcha do 1º de Maio partiu do Largo Cónego Manuel das Neves e terminou na Praça da Família

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Ministro encoraja quadros do sector

O ministro da Comunicação Social, João Melo, encorajou ontem, os trabalhadores do sector a contribuírem para ajudar a sociedade a corrigir os erros do passado e melhorar a situação do país.

Num ‘post’ a propósito do Dia Internacional do Trabalhador, publicado na sua conta no Twitter, avançou que o Ministério não deixará de assumir também os seus deveres.

A efeméride, que ontem se assinalou, teve a sua origem no massacre ocorrido em Chicago, nos primeiros dias de Maio de 1884, quando a Polícia norte-americana disparou a matar contra manifestantes desarmados que exigiam uma jornada de oito horas e

melhores condições de trabalho.

Inspirados nesse evento, trabalhadores e sindicalistas de todo o mundo, reunidos em Paris, em Julho de 1889, decidiram proclamar o 1º de Maio como o Dia Internacional dos Trabalhadores.

Desde então, a data tem sido celebrada pelos trabalhadores de todo o mundo, sendo proibida ou ignorada por regimes autoritários e anti-democráticos, ou consagrada como feriado nos países que reconhecem os legítimos direitos dos trabalhadores e pugnam pela elevação do seu nível de vida e pela melhoria das suas condições laborais, como é o caso da República de Angola.

EDIÇÕES NOVEMBRO



Ministro João Melo

DECLARAÇÃO

UNITA solidária com trabalhadores

A UNITA transmitiu a sua solidariedade para com os trabalhadores angolanos por ocasião da celebração do Dia Internacional do Trabalhador, assinalado ontem em todo o mundo. Numa declaração à imprensa, o partido sublinha a sua solidariedade para com todos os movimentos reivindicativos de todos os sectores laborais.

O maior partido na oposição exorta o Titular do Poder Executivo a fazer ajustamentos necessários às políticas em curso devido à crise económica e financeira que o país vive. A UNITA considera que o Presidente da República deve “tomar medidas urgentes e eficazes” para o cumprimento das suas obrigações constitucionais inerentes ao asseguramento do direito ao trabalho.

A UNITA reconhece que, em Angola, o trabalho está consagrado na Constituição como um direito e um dever para todos os angolanos. “A Constituição estabelece que todo o trabalhador tem direito à formação profissional, justa remuneração, descanso, férias, protecção, higiene e segurança no trabalho”, sublinha a declaração política.

O partido liderado por Isaías Samakuva entende que “os angolanos constatarem com preocupação o agravamento contínuo e acentuado da situação social do país e a ineficácia da política económica do Governo em criar os empregos prometidos, combater a fome e

reduzir a pobreza que atormentam a maioria das famílias angolanas.”

“O desemprego tornou-se uma realidade com uma tendência imparável de piorar todos os anos, lançando à indigência e ao desespero milhões de jovens e de chefes de família. Aos que trabalham, a grande maioria das empresas, tanto as públicas como as privadas, pagam salários de miséria que não satisfazem as necessidades básicas diárias dos trabalhadores e de suas famílias”, sublinha a declaração.

A UNITA considera que a actual situação em que o país se encontra exige uma profunda reflexão que conduza a uma tomada de medidas estruturais, práticas e efectivas que garantam o direito ao trabalho, a todos.

O maior partido na oposição refere que o país precisa de uma nova abordagem sobre o trabalho como fonte de rendimentos e de segurança social das famílias. “Nessa era da economia do conhecimento e da inovação, a juventude não deve apenas esperar, deve tomar iniciativas inovadoras e ousadas com o espírito de Chicago”, realça, sublinhando que, da mesma forma que em 1886 a revolução dos trabalhadores em Chicago mudou o quadro então prevalecente, em Angola, os jovens, tanto os que já trabalham como os que ainda estão desempregados, são chamados a revolucionar as mentes para descobrirem novas oportunidades de realização

e valorização profissional.

A UNITA considera que os angolanos podem optar por trabalho por conta própria e pelo trabalho cooperativo na agricultura, pescas, construção, comércio e na protecção do ambiente.

“A UNITA está convencida de que o direito ao trabalho tem de ser conquistado por todos e por cada um, de forma inovadora, com espírito de solidariedade e de responsabilidade social”, sublinha a declaração.

Na declaração, a UNITA exorta todas as forças produtivas do país, com destaque para os sectores industrial, grossista, bancário, mineiro e cadeias de logística e comércio, a repensarem as suas políticas actuais de forma a maximizar a utilização das capacidades nacionais ainda adormecidas e que o reforço dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento será um valioso contributo para a justiça social.

A UNITA encoraja os trabalhadores a prosseguirem a luta pela melhoria das condições sociais, laborais e salariais e apela ao Executivo e aos demais empregadores a reconhecer que, em tempo de crise, reduzir os benefícios dos accionistas, já enriquecidos, para aumentar alguns dos benefícios dos trabalhadores que produzem a sua riqueza é uma demonstração de solidariedade e de justiça social que engrandece a alma e produz a paz.